

“Armadilha de Tucídides”: um debate sobre o tema da inevitabilidade da guerra

“Thucydides Trap”: a debate on the theme of the inevitability of war

RESUMO

O presente artigo se insere na grande área dos Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança Internacional. O objetivo foi apresentar uma breve discussão teórica sobre o tema “inevitabilidade da guerra”, articulada a determinadas especificidades que marcaram a eclosão de conflitos ao longo da história. A metodologia utilizada foi o debate historiográfico. Os resultados alcançados são os seguintes: pode ser identificado um padrão histórico de rivalidade/conflitividade no sistema internacional, o que Graham Allison denominou de “armadilha de Tucídides”, em geral associado ao choque bélico entre potências do tipo terrestre e marítima. Que esse padrão tem relação com a existência de contextos de múltiplas transformações no ordenamento internacional, em geral desencadeadas por guerras. Conclui-se que o estudo da história é uma disciplina que fornece subsídios sobre o impacto da guerra, demonstrando que nem sempre a sua iminência é adequadamente interpretada e/ou administrada pelas lideranças políticas.

Palavras-chave: Geopolítica. “Armadilha de Tucídides”. Segunda guerra mundial. Poder terrestre. Poder marítimo.

Marcelo De Jesus Santa Bárbara
Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, Resende, RJ, Brasil
Email: marcelojsb@id.uff.br

ORCID:
<https://orcid.org/0000-0002-2253-2003>

Emilio Reis Coelho
Escola De Guerra Naval - EGN, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Email: emiliocoelho@id.uff.br

ORCID:
<https://orcid.org/0000-0002-1634-5885>

Received:	09 Sep 2023
Reviewed:	Sep-Nov 2023
Received after revised:	05 Jun 2024
Accepted:	18 Jun 2024

ABSTRACT

This article falls within the broad field of Defense and International Security Studies. The objective of the paper was to present a brief theoretical discussion on the theme of the "inevitability of war", which is linked to certain specificities that have marked the outbreak of conflicts throughout history. The methodology used was a historiographical debate. The results achieved are as follows: a historical pattern of rivalry/conflict in the international system can be identified, which Graham Allison referred to as the "Thucydides Trap," generally associated with armed clashes between land and maritime powers. This pattern is related to the existence of contexts of multiple transformations in the international order, generally triggered by wars. It is concluded that the study of history is a discipline that provides insights into the impact of war, demonstrating that its imminence is not always adequately interpreted and/or managed by political leadership.

Keywords: Geopolitics. “Thucydides trap”. World War II. Land power. Maritime power.



RAN

Revista Agulhas Negras

eISSN (online) 2595-1084

<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/aman>



<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>



1 Introdução

O conflito bélico permeia a história das sociedades através dos séculos. É um fenômeno envolvido por transformações de diversas naturezas (políticas, econômicas, psicossociais, científico-tecnológicas etc.).

Apesar desse fato, estadistas e intelectuais¹ defenderam a primazia das democracias liberais, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Eles consideravam que seria possível, a partir da institucionalização, a instauração de um sistema internacional estável, capaz de orientar a humanidade para um destino de paz, imune ao advento de novos conflitos, mesmo com o alerta feito por Edward Carr² acerca dos 20 anos de crise (1919-1939).

Com o intuito de colocar em dúvida a visão idealista ou utópica, o objetivo do trabalho é promover uma análise sobre as causas da eclosão da Segunda Guerra Mundial (2ª GM) a partir do debate historiográfico. Partindo do pressuposto teórico de Allison Graham sobre a armadilha de Tucídides, realizou-se uma discussão a fim de fornecer subsídios para a compreensão das disputas de poder no âmbito do sistema internacional no qual a guerra permanece como um fenômeno recorrente.

A metodologia utilizada baseou-se no debate historiográfico e na articulação da base teórico-conceitual com constantes que caracterizaram o fenômeno da guerra. Assim faremos alusões à *Guerra do Peloponeso (431 a.C a 404 a.C)*, à 1ª GM e ao conflito entre o Eixo³ e os e países Aliados na 2ª GM.

Para além da introdução e das considerações finais, o texto será dividido em duas seções. A primeira seção é sobre o argumento central do artigo, qual seja, a inevitabilidade de conflitos bélicos no sistema internacional, que diz respeito a um padrão histórico que ocorre sempre que a ascensão de um Estado desafiante incomoda a posição de um Estado dominante (Allison, 2020).

A segunda seção versa sobre as múltiplas transformações no contexto internacional que levaram à eclosão da 2ª GM.

2 Causas dos Conflitos Bélicos: uma busca por padrões

A chave interpretativa utilizada por Graham Allison na obra “A Caminho da Guerra” foi que o conflito bélico é uma constante na história humana. A guerra entre Atenas, uma potência comercial e marítima, e Esparta, uma cidade-Estado guerreira e pastoril. Esse foi o caso paradigmático

1 No caso nos referimos à Woodrow Wilson, 28º presidente dos EUA entre os anos de 1913 e 1921 e ao escritor, jornalista e ativista britânico Sir Norman Angell.

2 Carr (2001) escreve a obra “Vinte Anos de Crise: 1919-1939”, na qual analisa a dicotomia entre a perspectiva utópica, defendida por homens como Woodrow Wilson e Angell, e a visão realista do sistema internacional.

3 Aliança formada pela Alemanha, pela Itália e pelo Japão.



escolhido por Alisson para entender como certos elementos se repetiam, ao longo dos séculos, como uma constante na guerra, seguindo um padrão.

A “natureza humana conflituosa” foi uma das constantes que surgiram a partir da interpretação da obra de Tucídides por Alisson. Ela é como uma raiz profunda, sendo vista pelo historiador grego a partir de situações nas quais ameaças ou o uso direto da força militar se deram entre Atenas e Esparta ou entre as potências e as cidades-estados menores. Destarte, em uma contenda entre potências, não deve existir a neutralidade e sempre prevalecerá a vontade do mais forte sobre a do mais fraco.

Outro ponto é que, para além de afinidades étnicas ou laços de parentescos entre os povos, o que prevalecerá nas relações entre eles é o interesse das elites que controlam cada nação. Os interesses serão sempre definidos em termos de quem tem mais ou menos poder de fazer valer sua vontade perante os demais. Os povos da liga do Peloponeso e da Liga de Delos interagem a partir de interesses que eram expressos em termos de poder militar na conjuntura, estando em um plano inferior às afinidades culturais e linguísticas entre os povos.

Baseado em Tucídides, Alisson apresentou uma reflexão sobre a dinâmica dos conflitos entre atores nacionais, partindo da História da Guerra do Peloponeso. Para o autor, a “armadilha de Tucídides” é o conceito que melhor define episódios específicos na história em que o conflito de interesses redundava no choque violento de forças entre Estados que almejam a condição de hegemonia em um sistema. Apesar de cada caso ter suas peculiaridades, as dinâmicas de conflito se dão sempre em um contexto de

[...] enorme **estresse estrutural causado quando uma potência em ascensão ameaça derrubar a dominante**. Em condições assim, além de eventos extraordinários e inesperados, situações comuns de desavenças em assuntos externos também podem desencadear um conflito em larga escala. (Allison, 2020, p. 50, grifo dos autores)

Para o autor, o processo que levou ao confronto entre Atenas (potência marítima) e Esparta (potência terrestre) é um ensinamento de como o tema será recorrente no sistema internacional. Apresentamos, nesta seção, alguns conceitos a respeito do conflito no tempo e no espaço.

O foco da narrativa de Tucídides é a **força gravitacional que atraiu Atenas e Esparta, levando-as a colidir**: a inexorável ascensão de Atenas e o sentimento cada vez maior de Esparta de que isso estava abalando sua posição de predominância na Grécia. Em outras palavras seu tema principal é a Armadilha de Tucídides e o **modo como ela levou as duas maiores potências da Grécia Antiga à Guerra, apesar de suas repetidas tentativas de evitá-la**. (Allison, 2020, p. 52, grifo dos autores)

A teoria realista das relações internacionais se baseia na premissa de que o sistema internacional é anárquico. Assim três são as consequências dessa condição de anarquia: 1) a luta pela sobrevivência do Estado; 2) a necessidade de poder, e 3) o conceito de autoajuda.



Em um contexto de estresse estrutural, a noção de que os Estados estão em “luta pela sobrevivência” torna-se a essência que explica o conceito de interesse nacional. Sobreviver consiste em tudo o que possibilita a permanência do Estado ao longo do tempo.

O poder é visto como outro elemento que, apesar de variável no tempo e no espaço, sempre será visto como uma constante explicativa da guerra. Em cada contexto no qual for decisivo, o poder se expressará por diversas dimensões, que sempre precisam ser convertidas em força militar.

Por fim, cada Estado deverá ser o responsável por sua própria sobrevivência, pois nada garante que os Estados aliados não se tornem, em algum momento posterior, uma ameaça. É nesse sentido realista ou pessimista que se fundou boa parte da reflexão elaborada no período entreguerras (1919-1939).

Polêmicas à parte, o diálogo meliano de Tucídides precisa ser abordado. Os relatos do general grego no livro V da obra mostram que um cerco estava montado pelos generais atenienses e que os arautos foram enviados para estabelecer os termos da rendição com a elite governante da ilha de Melos. Os relatos de Tucídides, ele mesmo um general ateniense, expressaram a lógica conflituosa que permeou a invasão da ilha de Melos pela potência marítima ateniense em 416 a.C, no meio da Guerra do Peloponeso (Tucídides, 2001).

Apesar da esmagadora força militar que aguardava ordem para atacar, os melianos, colonos lacedemônios, recusavam-se a obedecer à Atenas. Eles, ao contrário dos demais insulanos da região, sempre haviam resistido à influência da Liga de Delos, dominada pelos Atenienses.

O fato é que os argumentos para a rendição foram apresentados pelos embaixadores aos governantes melianos de forma clara. Os atenienses propuseram aos melianos um acordo: eles seriam escravizados e teriam que pagar tributos, mas em contrapartida, Atenas conservaria o território e a vida dos habitantes da ilha, caso contrário, seriam aniquilados. Os melianos apelavam para a justiça e o bom senso. Defendiam que a neutralidade deveria ser respeitada (a ilha não se colocava a favor de Atenas, nem de Esparta); que a clemência de Atenas melhoraria suas relações com Melos e com as outras potências menores da Liga de Delos; que uma agressão ateniense faria com que Esparta interviesse em favor da ilha invadida; e, finalmente, que os Deuses gregos protegeriam a ilha, pois a agressão era de todo injusta. Não houve acordo entre as partes e os embaixadores retornaram, mas antes proferiram as seguintes palavras

A julgar pelo resultado de vossas deliberações, parece-nos que sois os únicos a considerar os eventos futuros mais certos que os presentes diante de vossos olhos; vossos desejos vos fazem ver o irreal como se já estivesse acontecendo. Estais arriscando tudo ao depositar vossa confiança nos lacedemônios, na sorte e em esperanças, e perdereis tudo. (TUCIDIDES, 2001, p. 353)

Em ato contínuo, Atenas invadiu a ilha de Melos sob a observação de Esparta, matou todos os homens e escravizou as mulheres e crianças, recolonizando a região. A máxima do diálogo: “os fortes exercem o poder e os fracos se submetem” (Tucídides, 2001, p. 348).

Assim, a passagem que está no Livro V da História da Guerra do Peloponeso serve para lançar luz sobre a recorrência de certos fenômenos, contribuindo para o conhecimento da Arte da Guerra. O debate aqui proposto também retoma essa passagem para reforçar a argumentação de que a história, esporadicamente, apresentará o mesmo dilema às nações.

Fig. 1 – Quinhentos anos (projeto armadilha de Tucídides)

Nº	Period	Ruling Power	Rising Power	Domain	Result
1	Late 15 th century	 Portugal	 Spain	Global empire and trade	No war
2	First half of 16 th century	 France	 Habsburgs	Land power in western Europe	War
3	16 th and 17 th centuries	 Habsburgs	 Ottoman Empire	Land power in central and eastern Europe, sea power in the Mediterranean	War
4	First half of 17 th century	 Habsburgs	 Sweden	Land and sea power in northern Europe	War
5	Mid-to-late 17 th century	 Dutch Republic	 England	Global empire, sea power, and trade	War
6	Late 17 th to mid-18 th centuries	 France	 Great Britain	Global empire and European land power	War
7	Late 18 th and early 19 th centuries	 United Kingdom	 France	Land and sea power in Europe	War
8	Mid-19 th century	 France and  United Kingdom	 Russia	Global empire, influence in Central Asia and eastern Mediterranean	War
9	Mid-19 th century	 France	 Germany	Land power in Europe	War
10	Late 19 th and early 20 th centuries	 China and  Russia	 Japan	Land and sea power in East Asia	War
11	Early-20 th century	 United Kingdom	 United States	Global economic dominance and naval supremacy in the Western Hemisphere	No war
12	Early-20 th century	 United Kingdom supported by  France,  Russia	 Germany	Land power in Europe and global sea power	War
13	Mid-20 th century	 Soviet Union,  France,  UK	 Germany	Land and sea power in Europe	War
14	Mid-20 th century	 United States	 Japan	Sea power and influence in the Asia-Pacific region	War
15	1940s–1980s	 United States	 Soviet Union	Global power	No war
16	1990s–present	 United Kingdom and  France	 Germany	Political influence in Europe	No war

Fonte: Allison (2020), disponível em <https://www.belfercenter.org/thucydides-trap/resources/case-file-graphic>



A Figura 1 representa um recorte de quinhentos anos. Nesse período, outra constante pode ser inferida: a guerra será a consequência (quase) sempre que uma potência emergente for capaz de ameaçar a potência dominante, fenômeno denominado de “armadilha de Tucídides”⁴ (Allison, 2020, p. 64).

A Fig. 1 mostra outra característica: o choque de interesses entre *land power* (poderes terrestres) e *sea power* (poderes marítimos) também é parte de um padrão recorrente no sistema internacional ao longo últimos quinhentos anos. Apesar disso, Bouthoul (1984) cita que diversos autores acreditavam, sob a influência do otimismo do século XIX, que o homem evoluiria no século XX para um regime de paz a partir da influência benéfica do comércio e do progresso da indústria.

Freund (1995) afirma que os teóricos “otimistas”, a exemplo dos “Catorze Pontos de Woodrow Wilson” e da “Grande Ilusão” de Norman Angell, argumentavam que o conflito perderia sua razão de ser quando os Estados fossem capazes de administrar melhor a abundância que se anunciava na sociedade, fruto do aumento das forças produtivas e das interdependências econômicas⁵. Na realidade, essa esperança se fundamentava mais em uma filosofia social do que em uma análise sociológica propriamente dita.

Contudo, com a constituição da sociologia em ciência positiva, ligada à observação e ao estudo metódico dos fenômenos sociais, houve uma grande mudança a respeito do entendimento do papel do conflito nas sociedades, que passou a ser entendido como um elemento inerente aos sistemas. Bonanate vai mais além, explicando como a guerra é, na verdade, um instrumento necessário e incontornável na busca pela paz.

Diremos, em termos quase paradoxais, mas tudo menos insensatos, que a guerra serve para a realização da paz. Esta última será, de fato, alcançada quando o vencedor tiver modelado a ordem internacional segundo as suas intenções – eis que a concepção tradicional da paz como intervalo entre duas guerras perde a sua aparente solidez: a guerra é o instrumento da paz. (Bonanate, 2001, p. 166)

Ainda conforme Freund (1995), todas as doutrinas pacifistas tropeçam com a observação da experiência histórica, pois quaisquer que sejam os argumentos e sua coerência teórica, a suposta “bondade humana” não regula o sistema. Antes dela, o poder e sua distribuição adquirem um peso considerável. A consciência dos *policy makers*, intelectuais e estadistas sobre a inevitabilidade dos conflitos se fazem cada vez mais importante, uma vez que, como nos alerta Bouthoul (1984), a

⁴ Tucídides foi um historiador que pertencia à Aristocracia de Atenas. Estipula-se nascido entre 460 e 455 a.C. Escreveu, no exílio, a obra “A História da Guerra no Peloponeso”. Ele entendeu que a guerra seria “grande e mais importante que todas as anteriores” (Tucídides, 2001, p. 1).

⁵ A obra “A Grande Ilusão”, de Norman Angell (2002), trata do tema do aumento da interdependência econômica como um fato que diminuiria a probabilidade de guerras mundiais.

capacidade atual de destruição das armas supera, em muito, nossas possibilidades criadoras e construtoras.

A Guerras Napoleônicas (1803-1815) devastaram províncias inteiras; a Primeira Grande Guerra (1914-1918) deixou cerca de 20 milhões de mortos; e a Segunda Guerra (1939-1945), mais de 50 milhões, assolando e arruinando a Europa por completo. Os conflitos e as guerras marcaram a caminhada do homem através da história e não conseguimos dissociar do estudo da guerra, suas causas políticas, como asseverou Clausewitz (Santa Bárbara, 2022).

Em uma era de desenvolvimento tecnológico, na qual vários Estados-Nação desenvolveram capacidade bélica de destruição mútua a partir do emprego de armas nucleares, relevante se faz a necessidade de se problematizar a tensão dialética entre ideário pacifista, meios de pacificação inadequados e a inevitabilidade da emergência de novos conflitos cada vez mais complexos.

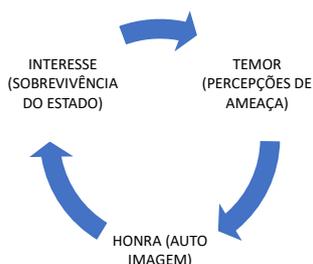
Considera-se que a falha estrutural de determinados processos decisórios desprovidos de perspectiva crítica baseada em raciocínio consequencialista resultam na amplificação do risco de surgimento de “externalidades negativas”, cujos resultados são tensões que, invariavelmente, resultam em novas guerras.

Na próxima seção do artigo, discorreremos sobre como o estresse estrutural pode ser fruto de tensões acumuladas em disputas de hegemonia e de projeção de poder entre potências que objetivavam superar assimetrias de cunho geopolítico e, conseqüentemente, na eclosão de um novo conflito de enormes proporções, a saber a 2ª GM.

3 Estresse estrutural

Por que a competição entre duas grandes potências, como Atenas e Esparta, acabou por conduzi-las a uma guerra sistêmica? A mesma lógica se aplicaria à Alemanha Nazista e aos aliados no contexto da 2ª GM? Segundo Alisson, a resposta está na combinação de um conjunto de fatores críticos. Observe a figura a seguir

Fig. 2 – Causas primárias associadas à “inevitabilidade” da guerra



Fonte: os autores, baseados em Alisson (2020).



Alisson (2020) observa que Tucídides identificou que a luta pela sobrevivência, o temor e a honra seriam causas primárias que, combinadas, conduziriam, de tempos em tempos, a situações de estresse estrutural e responderiam pela eclosão de conflitos ao longo dos séculos.

A sobrevivência do Estado representa sua luta por autonomia e capacidade decisória diante de outros estados. Acrescentaria, ter a soberania sobre sua base territorial reconhecida e respeitada internacionalmente.

O temor é um fato subjetivo. Contudo, ele faz parte da constante que indica o quanto as lentes sobre as quais os integrantes dos Estados percebem ameaças são influenciadas por emoções manipuláveis. Assim, a construção da ideia de um inimigo externo ou mesmo o seu contrário, que é o não reconhecimento de ações externas como capazes de afetar a sobrevivência do estado, podem ser importantes fatores para a (re)criação de conflitos. Por último, a honra que é definida por Allison no sentido da autoimagem que o Estado possui.

Nesse sentido, observar as lições da história seria o melhor método para um Estado formular respostas às ameaças. As ações da Alemanha deveriam ter sido observadas a partir de um recorte temporal mais adequado que o “aqui e agora”. Dessa forma, a percepção de ameaças por parte dos Aliados poderia ter sido diferente, influenciando no comportamento estatal assertivo da Inglaterra e da França, em termos militares e econômicos, contra os planos de Hitler. Um olhar atento perceberia alguns fatos importantes.

Em 1911, a Alemanha era o “perigo provável”, uma ameaça iminente devido ao seu crescimento acelerado. O resultado foi a eclosão da Primeira Grande Guerra em 1914. Ao final dela, a Inglaterra e a França desejavam evitar uma nova guerra a todo custo. A conclusão era que:

A Primeira Guerra Mundial foi bem recebida por públicos entusiásticos e por líderes eufóricos que previam uma guerra curta e gloriosa, travada por objetivos limitados. Na realidade ela provocou a morte de mais de 25 milhões de pessoas e fez naufragar a ordem internacional existente até então. (Kissinger, 2015, p. 87)

Contudo, as causas profundas da guerra não foram corretamente entendidas. A maneira como setores da elite britânica percebiam a Alemanha não se fundavam em bases do realismo político.

O Tratado de Versalhes, assinado em 1919, após o término da Primeira Guerra Mundial, impôs uma série de restrições militares e territoriais à Alemanha, incluindo limitações severas em relação à sua marinha. Essas restrições visavam enfraquecer militarmente a Alemanha e evitar um retorno ao militarismo agressivo que havia desencadeado a Primeira Guerra Mundial.

Churchill (1874-1965) também liderou um esforço nacional para manter a supremacia naval britânica, partindo da premissa que o crescimento naval da Alemanha representava, mais que um desafio à segurança nacional, uma ameaça à sobrevivência da Grã-Bretanha (ALLISON, 2020).



Contudo, a política de apaziguamento de Chamberlain⁶, exemplificada pelo Acordo de Munique, refletiu essa mentalidade de evitar um conflito direto com a Alemanha. Em 1935, a Alemanha e o Reino Unido assinaram o Tratado Anglo-Germânico Naval. Este tratado permitiu à Alemanha expandir sua marinha até um limite de 35% do tamanho da Marinha Real Britânica em termos de tonelagem de navios de guerra. Como garantia, a Alemanha concordou em não construir submarinos de longo alcance.

Na prática, o que se assistiu foi a ascensão de Hitler e o crescimento do poder alemão, que ocorreram gradualmente ao longo dos anos 1930, permitindo que a Alemanha consolidasse seu poder antes que medidas mais enérgicas fossem tomadas pelos Aliados. Observe a evolução dos gastos em defesa na Tabela 1:

Tabela 1 – Despesas com a defesa pelas grandes potências, 1933-1938

(Milhões de dólares)

Ano	Alemanha	U.R.S.S	Reino Unido	EUA
1933	620	303	500	792
1934	914	980	558	708
1935	2025	1607	671	933
1936	3266	2903	911	1119
1937	4769	3430	1283	1079
1938	5807	4527	1915	1131

Fonte: KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências (1989).

A corrida naval da Alemanha foi possibilitada pelo aumento com gastos em defesa em nove vezes em apenas cinco anos. Ao mesmo tempo, os soviéticos anunciaram o “grande programa” para a expansão do seu exército, fazendo com que Berlim também percebesse os russos como uma ameaça permanente à sua sobrevivência (Allison, 2020, p, 107).

De fato, o crescimento do investimento alemão em defesa apenas era acompanhado pela ex-U.R.S.S e suplantava o do Reino Unido e dos EUA. Diante disso, Churchill entendia que, se a Marinha Real fosse destruída pelos alemães, o império “se desmancharia como um sonho” (Allison, 2020, p. 81).

Anos mais tarde, Franklin Delano Roosevelt⁷ (1882-1945), trigésimo segundo presidente dos EUA, solicitou uma sugestão a Churchill⁸ sobre como deveria ser chamada a 2ª GM. Ele, tendo vivenciado o problema, respondeu de pronto: “A guerra desnecessária. Nunca houve guerra mais

⁶ Arthur Neville Chamberlain foi Primeiro-Ministro do Reino Unido de 1937 a 1940.

⁷ Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), Presidente dos EUA de 1933 a 1945.

⁸ Sir Winston Leonard Spencer-Churchill (1874-1965), Primeiro-Ministro do Reino Unido de 1940 a 1945 e de 1951 a 1955.



fácil de impedir do que esta” (Churchill, 2005). Aceitação dessa realidade poderia ter feito com que a destruição causada pelo conflito não tivesse alcançado tão grandes dimensões.

Conforme relatou Churchill (2005), após o término da Primeira Guerra, desenvolveu-se a convicção e esperança quase universal de que reinaria a paz no sistema internacional. Porém, na prática, as cláusulas econômicas do Tratado de Versalhes⁹ (1919) foram tão severas que se tornaram inexecutáveis e contraproducentes.

A Alemanha foi condenada a pagar indenizações de guerra, exigência que expressou a raiva dos vencedores e a incapacidade de seus povos de compreenderem que nenhuma nação derrotada pode jamais pagar tributo em escala equiparável ao custo da guerra moderna. Conforme comentou com incrível precisão, o marechal Foch¹⁰, quando tomou conhecimento dos termos do Tratado: “Isso não é paz. É um armistício de vinte anos.”

Com a Alemanha nem comprometida moralmente com o acordo de Versalhes, nem confrontada com um claro equilíbrio de forças que evitasse seus desafios, a ordem de Versalhes praticamente era um convite ao revisionismo Alemão. (Kissinger, 2015, p. 88)

No campo político, os imperadores germânicos foram afastados e substituídos pela República de Weimar¹¹, que não possuía legitimidade junto ao povo alemão, sendo encarada como mais uma imposição do inimigo. É nesse cenário de múltiplas transformações e de tensões crescentes entre potências que surge o nazismo de Hitler¹².

Kagan (1996) explica que a 2ª GM foi o produto da falha dos vitoriosos em usar a oportunidade do fim da Primeira Guerra para construir uma base institucional sólida para a paz após o seu encerramento e trabalhar na tarefa de preservar essa paz conquistada. Aos poucos, importantes segmentos de opinião britânicos finalmente começaram a mudar em direção a resistir a Hitler.

Um dos eventos mais emblemáticos associados à política de apaziguamento foi o Acordo de Munique, assinado em setembro de 1938 entre Alemanha, Reino Unido, França e Itália. Neste acordo, as potências ocidentais concordaram em permitir que a Alemanha anexasse partes da Tchecoslováquia, especificamente a região dos Sudetos, em troca da promessa de Hitler de que ele não buscaria mais expansões territoriais. O Acordo de Munique é frequentemente criticado por ter dado a Hitler uma sensação de impunidade e encorajado sua agressão posterior.

⁹O Tratado de Versalhes (1919) foi um tratado de paz assinado pelas potências europeias que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial.

¹⁰Ferdinand Jean Marie Foch (1851-1929), militar francês, Comandante Supremo das forças aliadas durante o último ano da Primeira Guerra Mundial.

¹¹Termo pelo qual ficou conhecido o governo alemão no período de 1919 a 1933. Seu nome deriva da cidade de Weimar, onde foi estabelecida a Assembleia Constitucional que redigiu a Constituição alemã de 1919.

¹²Adolf Hitler (1889-1945), nascido na Áustria, foi o líder do partido nazista alemão, Chanceler da Alemanha de 1933 a 1945 e Führer (líder) da Alemanha nazista de 1934 a 1945.



Nesse sentido, Chamberlain¹³ (1869-1940) usou a própria fraqueza militar que ele ajudou a construir como uma razão para evitar o confronto e continuar a buscar a acomodação. Para o autor, não havia a possibilidade de deter o fanatismo de Hitler, mas a Alemanha poderia ter sido impedida de lançar uma aventura militar, caso o equilíbrio de poder no cenário europeu fosse capaz de incluir a Alemanha adequadamente na ordem do pós-guerra.

Os países que venceram a Primeira Guerra acreditavam ter vivido a última guerra, aquela que teria selado para sempre o rumo da humanidade no caminho da paz, a ser resguardada pela Liga das Nações. O sofrimento passado havia sido tão grande que sociedades inteiras entraram em modo de total negação em relação à possibilidade de enfrentar um novo conflito em escala global. Porém, a Alemanha derrotada, exaurida pelo peso de um tratado esmagador e despida de lideranças políticas à altura do desafio da reconstrução do país, mergulhou no nazismo, que oferecia uma alternativa populista à humilhação imposta pelos vencedores.

Talvez nada pudesse deter a sede de poder de Hitler respaldada pelos cânones geopolíticos do espaço vital ratzeliano. Uma linha de ação explicativa sugere que foi a hesitação dos grandes líderes (e de seus povos) em se rearmar e se preparar para o inevitável conflito que permitiu à Alemanha nazista partir para um confronto em escala mundial. Como consequência da negação da realidade que se impunha, passamos por aquela que, hoje, é considerada a maior tragédia da humanidade, com milhões de mortos e cidades inteiras destruídas.

A aceitação por parte das grandes potências da época em relação à inevitabilidade de um segundo conflito com a Alemanha, diante de um Hitler ostensivamente mais ambicioso e agressivo, poderia ter contido aquele Estado? A principal contradição apreendida, até aqui, parece ser entre o argumento da inevitabilidade da guerra e o juízo de história contrafactual, segundo o qual uma guerra preventiva evitaria a 2ª GM.

Tal desfecho é algo empiricamente inviável de ser comprovado no presente artigo. Contudo, sob a ótica apresentada é factível entender que pode ser necessário revisitar as lições da história, a fim de dar uma resposta mais adequada à questão da inevitabilidade da guerra e, com isso, compreender, na essência, o real significado da “Armadilha de Tucídides”.

5 Considerações Finais

O artigo se contrapõe às premissas idealistas de que o sistema internacional tende à estabilidade, apresentando uma discussão sobre o argumento de que em contextos de transformações



no status quo geopolítico (estresse estrutural), conflitos seguem um padrão e a guerra se torna uma constante do sistema internacional.

Conforme se procurou demonstrar, não é possível dissociar o estudo da evolução dos Estados em um sistema internacional centrado na lógica do poder do estudo do conflito bélico sob uma ótica geopolítica, isto é, que leve em consideração o espaço e o tempo em uma perspectiva de longa duração. Não por acaso, as sucessivas lutas por hegemonia estiveram, em geral, associadas a contextos em que potências terrestres e marítimas aspiram ao domínio do sistema internacional.

Sob uma ótica conflitiva, a luta por sobrevivência está na base de um sistema internacional desequilibrado e instável. Essa condição está no cerne do argumento da inevitabilidade da guerra ao longo da história. Logo, dadas as condições sistêmicas e a inerente luta hegemônica por espaço e recursos, o conflito tem sido uma regra e não a exceção no sistema. Foi justamente a crença liberal na possibilidade de evitar uma nova guerra e a hesitação das grandes nações que levou à 2ª GM, o maior conflito da história.

Portanto, a história é uma fonte importante de lições aprendidas. Discutir o argumento da “inevitabilidade da guerra” é importante, à medida que causas primordiais (sobrevivência, autoimagem e honra) nem sempre são adequadamente interpretadas e/ou administradas pelas lideranças das potências no cenário pré-conflito. O tema era atual, na época do aparecimento da ameaça nazista no pré-2ª GM, e continua atual no século XXI, quando da emergência da China enquanto “o maior ator geopolítico da história”.



Referências

- ALISSON, Grahan. **A Caminho da Guerra** os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides? Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- BONANATE, Luigi. **A guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BOUTHOU, Gaston. **Tratado de Polemologia**. Madrid: Ediciones Ejército, 1984.
- CARR, Edward Hellet. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- CHURCHILL, Winston S. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**: Volume 1, 1919-1941. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A. 2005.
- FREUND, Julien. **Sociología del Conflicto**. Madrid: Ediciones Ejército, 1995.
- KAGAN, Donald. **On the origins of war and the preservation of peace**. Nova Iorque: The Anchor Books, 1996.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.
- KISSINGER, H. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- SANTA BÁRBARA, M. **Clausewitz: trajetórias e contribuições de um general prussiano sobre a Guerra**. In: Revista Defesa Nacional. RJ, BIBLIEX, 2022.
- TUCÍDIDES. **A História da Guerra do Peloponeso**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.